

A censura de textos e de livros: diferentes contextos, modos de censurar e de resistir¹

Text and books censorship: different contexts, ways of censoring, and resisting

La censura de textos y de libros: diferentes contextos, modos de censurar y de resistir

Isabel Cristina Alves da Silva Frade
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0805-7581>

Resumo: O artigo analisa o tema da censura, problematizando sua natureza, seus desdobramentos legais e semânticos, assim como o modo como as diferentes acepções de censura são operacionalizados em ações materiais e simbólicas. O trabalho dialoga com estudos como os de Robert Darnton, que discute a complexidade de definição da censura e faz uma etnografia da censura na França dos Bourbon (século XVIII), na Índia Britânica com o controle dos colonizadores (século XIX e início do XX) e na Alemanha oriental comunista em tempos de guerra fria (século XX). Também se estabelece um diálogo com investigações feitas no Brasil, por Abreu (2003), sobre a mesa censória no Brasil colônia e por Paiva (1996) que pesquisou a censura católica a romances no início do século XX. Para análise da atualidade, o artigo repercute matérias jornalísticas sobre o tema da censura, indicando fenômenos culturais e sociais que levam à “queima” de obras contemporâneas e indica algumas novas formas de controle na sociedade digital. O estudo conclui que a censura é contraditória, representa interesses e regimes de verdade, ao mesmo tempo em que há maneiras de resistir, tanto judicial como culturalmente aos seus efeitos. Dessa forma, o interesse dos censores ou dos regimes entra em confronto com os próprios leitores, com a diversidade de formas de divulgar os textos, com o mundo dos editores e com os diversos sistemas de verdade.

Palavras-chave: Censura, resistência, livros, textos.

Abstract: The article analyzes censorship, problematizing its nature, legal and semantic unfoldings, and how different meanings of censorship were operationalized in material and symbolic actions. The work dialogues with other studies, such as those from Robert Darnton, who discussed the complexity of defining censorship and an ethnography of censorship during the Bourbon’s France (18th century), British India under colonization (19th and early 20th centuries), and communist East Germany during the Cold War (20th century). Furthermore, it dialogues with investigations in Brazil conducted by Abreu (2003) about the censor court in Colonial Brazil and by Paiva (1996), who investigated the Catholic censorship of novels in the early 20th century. For

¹ Este artigo é baseado em conferência realizada no IV Encontro Internacional sobre História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas (CIHLILEB) Espaços de resistências entre livros proibidos e leitores deslegitimados. 3 a 5 de junho de 2024 – São Luiz/Maranhão/Brasil.



a current analysis, the article discusses newspaper articles about the censorship theme, indicating cultural and social phenomena that lead to the “burn” of contemporary works and indicates some new ways of control in digital society. The study concludes that censorship is contradictory, representing interests and regimes of truth, though, at the same time, existing legal and cultural ways of resisting its effects. Hence, the interests of censors or regimes confront readers themselves, the diversity of ways to disseminate texts, the world of editors, and the different systems of truth.

Keywords: censorship, resistance, books, texts.

Resumen: El artículo analiza el tema de la censura, problematizando su naturaleza, sus ramificaciones jurídicas y semánticas, así como la forma en que los diferentes significados de censura se operacionalizan en acciones materiales y simbólicas. La obra dialoga con estudios como los de Robert Darnton, quien analiza la complejidad de definir la censura y ofrece una etnografía de la censura en la Francia borbónica (siglo XVIII), en la India británica con el control de los colonizadores (siglo XIX y principios del XX) y en Alemania oriental comunista en tiempos de la guerra fría (siglo XX). Se establece también un diálogo con investigaciones realizadas en Brasil, por Abreu (2003), sobre la mesa de censura en el Brasil colonial y por Paiva (1996) que investigó la censura católica de las novelas a principios del siglo XX. Para analizar la actualidad, el artículo refleja artículos periodísticos sobre el tema de la censura, señalando fenómenos culturales y sociales que conducen a la “quema” de obras contemporáneas e indicando algunas nuevas formas de control en la sociedad digital. El estudio concluye que la censura es contradictoria, representa intereses y regímenes de verdad, al mismo tiempo que existen formas de resistir, tanto judicial como culturalmente, sus efectos. De esta manera, los intereses de los censores o de los regímenes entran en conflicto con los propios lectores, con la diversidad de formas de difundir los textos, con el mundo de los editores y con los diferentes sistemas de verdad.

Palabras clave: censura, resistencia, libros, textos.

1 Introdução: a queima de livros como ação simbólica e material²

Agora você planejava levar Kafka, Cervantes, James Baldwin, Virginia Woolf e Toni Morrison para eles. Depois daquela noite, tudo era possível. Aquilo estava te salvando do abismo. E você nem percebeu quando os reflexos vermelhos de uma sirene bateram na parede de um prédio próximo a você. Nem percebeu a aproximação de uma viatura da polícia, e também não percebeu quando eles pararam o carro ao seu lado. Você só se deu conta do que estava acontecendo quando um deles falou mais alto e disse para você parar. Era uma abordagem. Sua cabeça ainda estava na sala de aula, ainda estava em Dostoiévski. Ele gritou para você parar. Gritou para você ir para a parede (Tenório, 2020, p. 147).

Início este artigo com a citação de um trecho da obra “O avesso da pele” (2020), livro que denuncia o racismo. O trecho do livro mostra um momento da narrativa quando o personagem relata a vida de seu pai, um professor, que sonhava que seus alunos pudessem conhecer obras de literatura, as mais diversas. Dentre os autores, encontram-se Dostoiévski e Toni Morrison, que, dentre outros, constam em lista de livros proibidos nos

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Estados Unidos por grupos conservadores. Da mesma forma que obras que denunciam o racismo, dentre elas a de Toni Morrison, encontram-se entre títulos censurados por grupos conservadores em outros países, o livro “O avesso da Pele” (2020) foi objeto de censura e polêmica em alguns estados brasileiros, em 2024.³

O tema da censura tem uma centralidade no livro “Censores em Ação” (2016), do pesquisador Darnton (2016) e vários pesquisadores brasileiros investigam ou perpassam o tema no Brasil, como Paiva (1996) que trabalhou a censura católica a romances, Abreu (2003) que se ocupou da censura ao investigar o papel da mesa censória portuguesa. Recentemente foi defendido um trabalho, por Petrovitch (2023), na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre a censura de livros infantis e juvenis. Inúmeras foram as matérias jornalísticas que vieram a público no Brasil, denunciando as diferentes formas de censura a livros, o que mostra que, embora estejamos num país democrático, são de variada natureza os movimentos conservadores que vêm fazendo ressurgir a censura. Neste texto procuro dialogar com conceitos e formas de censura no passado e na atualidade, buscando compreender seus modos de funcionamento e as resistências a ela.

Começo com alguns dados sobre queima de livros, levantados a partir de pesquisa feita em alguns artigos e reportagens, ritual que evidencia uma das mais contundentes ações simbólicas e materiais que constroem, a cada tempo, práticas e representações sobre a censura.

A inquisição espanhola queimou 5.000 manuscritos árabes em Granada em 1499, e os conquistadores espanhóis queimaram todos os textos sagrados dos maias em 1562. A tradução da Bíblia, feita por Lutero pegou fogo em partes católicas da Alemanha na década de 1640 e, na década de 1739, o arcebispo de Salzburgo supervisionou a queima de todos os livros e bíblias protestantes que pudessem ser obtidos. Os comunistas queimaram um número incontável de livros e escritos ocidentais decadentes na União Soviética a partir da década de 1920 e várias bibliotecas americanas queimaram as obras de autores supostamente pró-comunistas durante a era McCarthy.

Mais recentemente, judeus ortodoxos em Jerusalem queimaram cópias do Novo Testamento em 1984; Os Versos Satânicos de Salman Rushdie, foi cerimonialmente queimado em Bolton e Bradford em 1988; Livros de Harry Potter foram queimados nos EUA em várias ocasiões, desde sua primeira publicação; e em Roma queimaram O código Da Vinci. Além de títulos individuais, bibliotecas inteiras foram arrasadas, algumas mais de uma vez: Alexandria, no Egito (por muita gente); Washington (pelos Britânicos); Louvain (pelos alemães); Sarajevo e, mais recentemente, Bagdad. (Henley, 2010, s/p., tradução nossa).⁴

³ O tema da censura contemporânea a obras literárias será objeto de discussão em outro tópico deste texto.

⁴ Tradução livre de: “The Spanish Inquisition burned 5,000 Arabic manuscripts in Granada in 1499, and Spanish conquistadors burned all the sacred texts of the Maya in 1562. Luther’s translation of the Bible went up in flames in Catholic parts of Germany in the 1640s, and in the 1730s the Archbishop of Salzburg

Outro exemplo de queima mostra como o nazismo operou angariando estudantes, intelectuais de várias universidades para a “depuração” da literatura alemã e como o ato de queima se constituía em um ritual onde estavam presentes outras ações e aparatos (Enciclopédia do Holocausto, s.d., s/p.).

Regimes ditatoriais na América Latina que ocorreram em países como o Brasil, Argentina e Chile, cuja censura pelo regime militar era feita com tortura, prisões, proibição de livros, música e imprensa, também cultivaram atos como queima de livros, como a que é relatada no Chile, quando a junta militar liderada pelo ditador Augusto Pinochet queimava ou retirava de bibliotecas ou prateleiras literatura sociológica e obras que traziam uma ideologia considerada de esquerda, numa campanha para extirpar o “câncer marxista” (Wikipédia, s.d., s/p.⁵). A maioria das queimas ocorreu depois da invenção da imprensa, embora haja muitos episódios de queima de manuscritos. A nosso ver, a invenção da imprensa e, de uma forma de reprodução de maior alcance que deixa marcado na papel o que se pensa, são fatores que tornam mais “visíveis” as ideias e, por sua vez, passam a exigir maior controle. Numa breve análise sobre queima de livros e supostos motivos desse ato, vemos que esta ocorre por grupos que se sentem ameaçados, seja em sua cultura, em seu território, em sua religião ou em seus regimes de verdade. Não só a queima individual dos livros, como também a queima das bibliotecas, são sinais de conflitos entre mais de um regime de verdade. A queima serve a regimes políticos, religiosos e culturais e, historicamente, suas instituições são as igrejas, partidos, regimes e seus agentes podem ser a polícia, os padres, grupos sociais e até pessoas comuns.

Ao estudar a censura, constatamos que ela se estabelece quando há regimes de verdade em disputa. Qual religião? Qual regime político ou partido? Qual conduta moral? Qual raça? Todos envolvem relações de poder que justificam que haja censura para manter domínios simbólicos e/ou materiais.

Sobre censura, valeria perguntar: quais livros, os literários? Os didáticos? A imprensa? Os científicos? A maioria dos trabalhos que lemos perpassam as produções literárias e artísticas, como romances, mas investigando o tema constatamos que há também censura

oversaw the burning of every Protestant book and Bible that could be got hold of. The communists burned untold numbers of decadent western books and writings in the Soviet Union from the 1920s on, and several American libraries burned the works of supposedly pro-Communist authors during the McCarthy era. More recently, Orthodox Jews in Jerusalem burned copies of the New Testament in 1984; Salman Rushdie's *The Satanic Verses* was ceremonially burned in Bolton and Bradford in 1988; Harry Potter books have been burned in the US on various occasions since their first publication; and in Rome they burned *The Da Vinci Code*. Besides individual titles, whole libraries have been razed to the ground, some more than once: Alexandria in Egypt (by lots of people); Washington (by the British); Louvain (by the Germans); Sarajevo and, most recently, Baghdad”.

⁵ Para a produção do texto foram usadas fontes consagradas como imprensa, artigos e livros científicos baseados em pesquisas. A utilização da fonte Wikipédia visou ampliar o olhar sobre representações contemporâneas envolvendo o fenômeno da censura.

a outros tipos de livros e impressos como folhetos revolucionários, enciclopédias, músicas, *script* de peças de teatro e suas encenações. Na relação entre censura e a história do livro e da leitura, estamos falando de interdição e das condições sociais, políticas, culturais e econômicas que fazem com que os textos, e não apenas livros, possam ou não circular.

A censura opera conforme determinadas condições sociais e tanto seu aparato, como a resistência feita a ela, dependem de condições sociais que fazem com que determinado texto circule, seja nas condições de reproduzi-lo oralmente; seja na invenção de formas de maior reprodução dos escritos, evidenciada pela invenção da imprensa; seja pela possibilidade quase ilimitada que vários grupos e pessoas passam a ter, quando podem ter voz – para o bem ou para o mal - para defender determinados textos ou para acusá-los ou proscrevê-los.

Uma carta emblemática, reproduzida por Darnton (2010) - a carta de Niccolò Perotti para Francesco Guarerio, em 1471 - mostra os medos que emergem numa era de mudança no regime de reprodução de textos.

Meu caro Francesco, venho elogiando a época em que vivemos por conta da dádiva grandiosa, realmente divina, do novo tipo de escrita que há pouco nos foi trazido da Alemanha. Vi um único homem imprimir num único mês tanto quanto poderia ser manuscrito por diversas pessoas num ano. [...]. Por esse motivo, fui levado a crer que em pouco tempo contaríamos com uma quantidade tão vasta de livros que obra alguma seria impossível de se obter por conta da raridade ou falta de recursos [...]. Percebo, contudo – oh esperanças falsas e tão humanas – que as coisas tomaram um rumo bem diferente do que eu imaginava. Como agora qualquer um é livre para imprimir o que bem desejar, em geral desconsideram aquilo que é melhor e escrevem, meramente para se divertir, aquilo que ficaria melhor apagado de todos os livros. E mesmo quando se escreve algo digno, distorcem e corrompem aquilo até um ponto em que bem melhor, seria não dispor de tais livros em vez de ter mil exemplares espalhando falsidades pelo mundo todo (Darnton, 2010, p. 15).

A carta nos transporta a um momento em que as coisas parecem sair de controle e a possibilidade de produzir, divulgar e fazer circular foge da vigilância de alguma instituição, como a igreja ou outros poderes, quando se inventam os tipos móveis. Qualquer semelhança com o presente não é mera coincidência, pois agora não precisamos de uma instituição como a crítica tampouco precisamos sofrer efeitos da seleção institucionalizada que se faz por motivos morais, políticos, culturais ou comerciais, em torno do que se publica. Evocamos um recente episódio, ocorrido na região Sul do Brasil, quando determinada prefeita, enfurecida, gravou um vídeo dela própria jogando no lixo livros de um acervo escolar. Esse episódio foi muito repercutido em redes sociais, pelo poder de viralização, levando até a ações do Ministério Público (MP) da própria cidade da denunciante, para investigar

essa ação pessoal que, vinda de uma autoridade pública, certamente criou repercussões institucionais.

Entre as censuras, controles, regulações que se faziam aos textos escritos a mão, aos textos impressos e à chamada liberdade de expressão, quais seriam os sentidos da censura? Essa é uma pergunta difícil de ser respondida e precisamos compreender as nuances dos termos e das ações a eles associadas.

Darnton , em seu livro “Censores em Ação” (2016) reflete sobre a dificuldade em considerar e conceituar a censura que abarca desde aquela mais pública, que repercute na proibição de publicação e queima de livros promovida pelo Estado, igrejas ou partidos políticos em relação a obras, passando pela que ocorre nos bastidores e interdições, até aquela que se refere a microrrelações no cotidiano. Para Darnton, se o conceito se expande muito, perde sua especificidade e fica difícil abordar o tema. O mesmo autor afirma que, num balanço de estudos sobre o tema feito nos últimos 100 anos, há duas tendências principais; “[...] a história das lutas entre a liberdade de expressão e as tentativas de autoridades políticas e religiosas para reprimi-la; de outro, o relato sobre as coerções de todo tipo que inibem a comunicação” (Darnton, 2016, p. 13). Sobre a liberdade de expressão, ele dá o exemplo da primeira emenda da constituição dos Estados Unidos que permite uma judicialização, em tribunais, desse direito.

2 Ressonâncias semânticas em diálogo com ações da censura

Tomando como inspiração a etimologia das palavras censura, interdição e proibição, buscamos respostas em alguns estudos que realizaram um aprofundamento sobre a natureza da censura e de como ela opera, de forma sutil ou institucionalizada. O termo agrega diversas ressonâncias semânticas. Numa busca pela palavra censura, num dicionário de sinônimos, aparecem os seguintes termos:

Crítica moral, política e/ou religiosa

1 – crítica, comentário, análise, apreciação, exame, juízo, julgamento.

Proibição ou restrição

2 – cerceamento, condenação, controle, desaprovação, discordância, proibição, repressão, reprovação, restrição.

Repreensão

3 – Admoestação, advertência, bronca, exprobração, increpação, monitoria, objurgação, pito, repreensão, reprimenda, tosquia.

Pessoas que censuram

4 – comissão de censores, censores (DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS, s.d., s/p.).

Seguindo o caminho que nos dá esse verbete, teríamos, como exemplo, a crítica moral que, de alguma forma, acompanha os livros didáticos e livros de literatura. Quando a literatura é atrelada à escola são conhecidas a apologia de textos edificantes e baseados numa determinada moral e civilidade. No Brasil, esse movimento de fazer transitar obras edificantes constituiu/configura o acesso à leitura escolar até meados da década de XX e ainda perdura, mesmo quando aparecem no mercado novas formas de fazer literatura destinada a crianças.

Na contramão das leituras edificantes, temos um terreno fértil que é adubado pelo crescimento da imprensa periódica, dos folhetos de propaganda política, pela existência de editoras e mesmo gráficas que, como instituições, possibilitam a existência de uma produção literária que emerge, por exemplo, com os movimentos filosóficos, políticos, de laicização, do naturalismo como gênero literário, do materialismo que, conforme Paiva (1996), justifica, por exemplo, a existência de uma censura católica no Brasil no início do século XX.

Na segunda acepção, a de proibição e restrição, há implicações legais ou de poder de força do Estado e militar, que permitem o controle, a repressão e a condenação. Em quais momentos vivemos esses cerceamentos com riscos à própria vida ou à liberdade? Em regimes ditatoriais e autoritários, são consideradas um perigo a leitura e a circulação de ideias.

O trabalho de Darnton (2016) é fundamental para a compreensão da censura, por evidenciar uma etnografia das práticas de censores em vários tempos e regimes: na França dos Bourbon (século XVIII), na Índia Britânica com o controle dos colonizadores (século XIX e início do XX) e na Alemanha oriental comunista em tempos de guerra fria (século XX).

A partir de seus estudos constatamos que os controles começam com o acompanhamento de determinada produção, com a institucionalização da regulação pela criação de cargos de censores ou de instâncias que compilam e repertoriam, apreciam ou depreciam textos, deixando seus registros em catálogos, dossiês ou planos de publicação. Os censores e suas equipes tratam desde os conteúdos das obras até dos aspectos estilísticos, mas reforçando uma forma de pensamento sobre o mundo. Suas ações são concretizadas em incentivo para abordagens que enalteçam um regime, criando, desde a produção, um direcionamento sobre temas que precisam reforçar uma ideologia, como o que se fez na Alemanha oriental, se incentivar livros e obras de cinema que elogiassem o movimento revolucionário, que desnudassem o imperialismo. Nesse caso, em especial, o controle se fazia por aspectos estilísticos, mas também pela autocensura que era incentivada desde o projeto de produção: os personagens bem construídos, precisavam representar o pensamento do proletariado; os romances que apresentavam uma sociedade ruim em costumes e ideias eram ambientados em países capitalistas. No caso da Alemanha oriental, o Partido também induzia a produção de textos orais, autorizando intelectuais a cruzarem

as fronteiras para que, em suas conferências fora da Alemanha oriental, aproveitassem para denunciar, por exemplo, o domínio militar e armamentista empreendido pelo governo norte-americano.

Nos três casos tratados por Darnton (2016), o fenômeno da censura ganha nuances mais fortes e muda de direção quando a imprensa, os escritores, os grupos oprimidos por algum regime passam a reagir e criar empecilhos para determinado regime de verdade. Nessa ofensiva aos movimentos de resistência, a regulação se volta para ações como investigações policiais, espionagem, interdição e julgamentos, para se colocar um verniz de civilidade. No caso da Índia, por exemplo, se inicialmente a censura do regime imperial britânico ocorria pelo estado de alerta e vigilância, no intuito de apenas conhecer melhor o pensamento dos nativos, para se prevenirem, sem uma proibição explícita, a situação muda quando os livros passam, segundo o olhar dos colonizadores, a colocar raça contra raça, europeus contra nativos.

Na acepção de controle, temos a censura que se faz pelo acesso. Os trabalhos de Abreu (2003), em torno das ações da mesa censória Portuguesa evidenciam que, quando os livros não eram impressos no Brasil Colônia e precisavam ser importados, os pedidos tinham que passar por este tipo de controle. Segundo a mesma autora havia “um empenho da metrópole em controlar o acesso à instrução e aos livros, como formas de mantê-los subordinados a ela” (Abreu, 2003, p. 348.)

A censura é contraditória e, dependendo do contexto, textos e livros são considerados bons ou ruins. Na Índia, o romance Índigo foi aceito em uma fase e condenado em outra. Em contexto atual, como o brasileiro, por exemplo, determinadas obras que conviviam em programas oficiais e bibliotecas passam a ser proscritas por alguns setores da sociedade que, no furor do conservadorismo, põe em evidência clamores moralistas e negacionistas e, sob o manto da moralidade, dizem que os livros não são adequados para certa idade, ou que trazem problemas que não podem ser discutidos com crianças ou com jovens.

Em outras situações, mesmo com políticas e leis federais que sustentam o direito à expressão, grupos, municípios ou estados brigam pela retirada de algum livro ou apenas o retiram de um acervo, como o que se fez neste ano de 2024, quando o governo Tarcísio de Freitas (2024), no estado de São Paulo, retirou da biblioteca virtual escolar o livro “Cartas para a minha avó”, da filósofa Djamila Ribeiro, obra que aborda questões como racismo e feminismo e religiões afro-brasileiras. Em resposta, o governo alegou que se tratava de uma obra com “conteúdo sensível”.⁶

⁶ Essa notícia foi amplamente divulgada pela mídia e pode ser encontrada em diversas fontes, tais como: Djamila Ribeiro: Governo Tarcísio remove livro da biblioteca virtual escolar de SP. Acesso em: 31 maio 2024. e Gestão Tarcísio tira obra de Djamila de app escolar - 16/05/2024 - Educação - Folha. Acesso em 20 janeiro 2025.

A exemplo de outras legislações internacionais de países democráticos, a constituição brasileira trata da liberdade de expressão, em seu artigo 5: “Artigo 5 - IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 1988, s/p). O artigo 220 reitera este princípio reforçando que é vedada toda e qualquer censura.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º [...]. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (Brasil, 1988, s/p).

Mesmo com princípios constitucionais, a contradição envolvida nos atos de censura passa até por disputas entre legislações e desrespeito às Leis Federais. No caso de tentativa de censura a textos que usam a linguagem neutra, em 2024, Alexandre Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu denúncias de duas instituições: a Aliança Nacional LGBTI+ (ALIANÇA) e Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). A justificativa é de que as proibições ferem princípios constitucionais e direitos humanos. A decisão do ministro foi a de suspender duas leis municipais que proíbem o uso e o ensino da linguagem neutra na administração pública e nas escolas públicas e privadas. Alegou que municípios violaram princípios da legislação federal, mas ainda há vários outros processos envolvendo municípios do país, com a mesma temática. Seu parecer indica que

Nesse contexto, os municípios não dispõem de competência legislativa para a edição de normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modos de exercício da atividade docente. A eventual necessidade de suplementação da legislação federal, com vistas à regulamentação de interesse local, jamais justificaria a edição de proibição à conteúdo pedagógico (Vivas, 2024, s/p.).

Na terceira acepção, a de repreensão e advertência, temos penas mais leves, mas que não deixam de causar efeitos na produção, no acesso, como aquelas oriundas de reprimendas ou advertências simbólicas feitas, por exemplo, pela crítica literária, pelos discursos religiosos sobre qual seria a melhor leitura. Nessa acepção, entram indicações de uma melhor leitura, em combate a outra que seria inadequada, com advertências editoriais como aquelas que informam “leitura só para homens”, ocorridas no Rio de Janeiro no final do século XIX (El Far, 2004).

No livro “Páginas de sensação” (2004), escrito por El Far (2004), sobre obras populares e pornográficas que circularam no Rio de Janeiro, a autora discorre sobre a natureza dos livros, sua edição e recepção e os vários discursos de advertência. Analisando alguns

casos, conclui que o Brasil “[...] enquadrava seus dilemas no âmbito da moralidade pública” (El Far, 2004, p. 189), e as representações com as quais trabalha ressaltam a ideia de advertência, que reforça o caráter social e religioso da proibição, e não seu aspecto policial ou jurídico. Usando como fonte a imprensa que se movimenta entre a condenação dessas obras populares e a ironia, a mesma autora encontra na revista *Época*, texto de um jornalista, que assina como Pierrot, escrito em 1875. Trata-se de uma crônica com o tema da confissão feita a um padre, que ironiza a leitura proibida a mulheres e suas estratégias para ter acesso e ler as obras. Vejamos a suposta cena da confissão:

- E quem lhe dá esses livros?
- Meu marido.
- Seu marido mesmo?
- Sim, meu padre. Ele começa a ler à noite, mas adormece logo, deixando a vela acesa: eu salto da cama em camisa...
- Minha filha, respeite o confessor: essas pinturas não são para o claustro...
- Perdão, meu padre eu salto da cama, com os pés no chão, atiro-me no fundo do sofá, tomo o livro e ponho-me a ler até pela manhã...
- Mas estes livros não devem conciliar-lhe o sono, ao contrário... deixe dessas leituras, minha filha: queime estes livros para salvar a sua alma e a de seu marido... De que mais se acusa, minha filha?
- De mais nada, meu padre (El Far, 2004, p. 186).

Outro exemplo de censura que se faz com advertências é explorado por Paiva (1996), no estudo da censura católica no Brasil no início do século XX. A autora tomou como fonte o manual de censura do Frei Sinzig, denominado “Através dos romances: guia para as consciências”, publicado em 1915, com verbetes sobre 21.553 livros e 6.657 escritores. De forma semelhante ao que se fazia na Europa pela igreja, o manual mostra estratégias para interdição de romances e indicação de obras edificantes. Aos temas edificantes que constituiriam uma boa leitura - sobretudo aquela que poderia ser acessada por mulheres, seres supostamente vocacionados para o privado, para o lar e para educar novas gerações -, opõem-se temas veiculados em romances que poderiam corromper a moral e os bons costumes. Segundo Paiva (1997) os temas interditados eram ligados ao naturalismo na literatura, crimes, suicídios, amor livre, adultério. Ao analisar os verbetes, a autora mostra o que seria objeto de intolerância: amores baratos, apaixonados demais, anticlericalismo, divórcio, adultério, crimes, suicídios. (Paiva, 1997). No caso, o discurso do Frei Sinzig não opunha o sagrado à leitura de romances, mas incentivava o próprio catolicismo no campo do romance.

A censura, de certa forma, também dialoga com o controle, o poder de editar e de fazer circular. Na atualidade, essa condição muda muito, pela capacidade técnica de produzir

e fazer circular, por qualquer um que queira, qualquer coisa, mas não poderíamos dizer que critérios de controle simbólico não estejam ocorrendo.

Em relação ao poder sobre a edição e circulação, temos inúmeros exemplos que vão desde o primado de um pensamento colonialista, que faz chegar até nós uma literatura europeia branca e menos uma literatura negra, feminina, africana, oriental, até barreiras linguísticas que nos fazem depender da tradução para acesso a obras, mas isso também vem se transformando pelas influências do mercado editorial. Nesse caso, o próprio avanço dos direitos e dos movimentos sociais traz o movimento de oposição, ou a contradição. Nos últimos anos, vários autores de outros continentes como o africano tiveram suas obras veiculadas no Brasil.

Há também uma espécie de censura pelas indicações e pela crítica literária que fazem disputar o cânone e o gosto popular, como as críticas feitas a *best sellers*, na maioria das vezes, quando alguns grupos geracionais começam a ler vorazmente um autor ou uma obra. A resistência dos leitores se faz pelo consumo e as mudanças de posição simbólica de determinados autores no mercado editorial mostram também o papel de outras instâncias como a mídia e ações de transmídia, que transformam *best sellers* em filmes, o que faz os leitores irem do filme aos livros, em detrimento de instâncias como a crítica literária.

Na quarta rede de significados, temos a agência de alguns sujeitos e as instituições: quem censura? Como censura? Há momentos de censura explícita como a organização de instituições como mesas censórias, index, e cargos a elas ligados, que teriam como função a censura e a penalização de quem a ela resiste. Há, também, censuras de grupos ou pessoas e outras que são veladas ou ocultas.

3 Censura moral a obras na contemporaneidade

Visando recuperar alguns modos como a censura funciona na atualidade, visitamos alguns discursos sobre obras que foram objeto de censuras: notícias, artigos científicos, nota técnica, reportagens, que mostram diferentes vozes que deslegitimam e legitimam a presença de determinadas obras.

Podemos identificar muitas ondas conservadoras que nos assolam no século XXI, ao mesmo tempo em que podemos dizer que a sociedade avançou, que se mudaram os escritos e sua natureza. Assim, o que era proscrito em determinado tempo hoje é reconhecido pela qualidade literária, constituindo-se em clássicos que convivem com a literatura contemporânea. A literatura é um espaço onde a condição humana, com seus dilemas e contradições pode ser discutida de forma ampla, a partir de um universo ficcional. No entanto, como no passado, ressurgem e nos surpreendem censuras a obras para crianças e jovens, que são consideradas inadequadas por alguns setores da sociedade.

De onde surgem essas censuras? Elas estariam repercutindo posições de instituições como Estado e Igreja? Ao contrário, estariam no plano individual que incorpora preceitos morais e institucionais coletivos? Com quais estratégias opera? Estariam a favor ou funcionariam a partir de quais causas? Quais são as posições em disputa? Seriam escritores e editoras contra grupos educacionais? Seria a política do livro *versus* a apropriação dessas obras pelas escolas e famílias?

Começo com um exemplo de lista de livros proscritos pelas famílias ou igrejas, em um país considerado democrático, os Estados Unidos da América. Numa matéria publicada pela *British Broadcasting Corporation (BBC) News*, em 2023, denominada “Os livros infantis que estão sendo banidos nos EUA” (Ciabattari, 2023)⁷, é impressionante o descompasso entre obras consagradas, seja pelo público, seja por instituições literárias, que foram publicadas como títulos proibidos.

Entre vários fatores que explicam uma lista de livros proscritos, estão aqueles que representam a reação a diversidades, aos movimentos LGBTQIAPN+, a temas que desnudam as mazelas como discriminação e preconceito. São algumas associações de pais, grupos religiosos que, segundo entrevistados na matéria citada, não constituem maioria, mas fazem muito barulho e, com essa repercussão geral, criam movimentos e até leis que justificam o recolhimento dos livros em algumas localidades ou estados americanos. Um livro censurado desde 1996 é o premiado “A Bússola de Ouro”, do escritor britânico Philip Pulman, considerado pelos censores como ateu.

A matéria informa que a Associação Norte Americana contabiliza livros proibidos há 20 anos e que, em 2022, o número é assustador: 2,500 títulos individuais.

Diversos livros para jovens foram objeto de questionamento por temas como raça, gênero e sexualidade. Eles incluem *Gênero Queer: memória*, de Maia Kobabe (Ed. Tinta da China, 2023); *Nem Todos os Meninos São Azuis*, de George M. Johnson (Ed. Moinhos 2022); *O Olho mais Azul*, de Toni Morrison (Ed. Cia das Letras, 2019); e *Lawn Boy* (“Menino jardineiro” em tradução livre) de Jonathan Evison (sem edição em português). “Em última análise, as tentativas de proibir livros são iniciativas para silenciar escritores que tiveram a imensa coragem de contar suas histórias”, segundo a presidente da ALA⁸, Lessa Kanani’opua Pelayo-Lozada (Ciabattari, 2023, s/p.).

No caso brasileiro, não faltam queimas de livros, com temáticas parecidas. A nota assinada pelos presidentes de várias entidades em defesa da obra “O Averso da Pele”, em

⁷ Outras matérias foram publicadas em 2024, com lista de livros proibidos por grupos conservadores nos Estados Unidos. Ver em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/09/24/livros-banidos-eua.htm>.

⁸ Associação Norte-americana de Bibliotecas.

2024, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL), a Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), faz outras denúncias envolvendo prefeitos e famílias de escolas privadas nessa tentativa de censurar obras:

Em 2019, na Bienal do Rio, o então prefeito Marcelo Crivella determinou a retirada da história em quadrinhos “Vingadores – A Cruzada das Crianças” porque a obra trazia na capa um beijo gay. Em 2018, uma escola da elite carioca, após pressão de pais, vetou o uso de “Meninos sem Pátria”, de Luiz Puntel, em sua 23ª edição, apontado como livro que propagava ideais comunistas (CBL, s/d, s/p).

A autora Toni Morrison, ganhadora do prêmio Nobel de literatura em 1993, que escreveu o livro “O olho mais azul” (2019), cujo enredo narra a história de uma garota que queria ter olhos azuis pelo menos alguma vez na vida, mexe nas mazelas do racismo nos Estados Unidos. Essa obra dialoga com a temática tratada por Jeferson Tenório em seu livro “O avesso da Pele” (2020) autor agraciado com o Prêmio Jabuti, em 2021. A denúncia sobre este livro começou com um vídeo, feito por uma diretora de escola no município de Santa Cruz do Sul, seguida de outras ações, quando a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed) recolheu seus exemplares. Por que esses livros incomodam tanto? Por que a sociedade quer deixar opacas as opressões e sofrimentos? Certamente não é apenas porque não são livros de final feliz, porque representam o real sofrimento de pessoas, grupos e países, no mundo do racismo.

A interdição feita a eles, seja por constarem em listas de livros proscritos, seja por tentativas de recolhê-los das prateleiras das bibliotecas e de escolas, pode trazer resultados complicados que configuram um tipo de tratamento ou a exclusão de temas. Um de seus efeitos é a autocensura, o tipo mais difícil de ser analisado, por ocorrer no processo mesmo de produção de um autor. Num cenário de muita intolerância, vários autores podem evitar tratar temas e situações que geram polêmicas.

A própria Toni Morrison, renomada autora norte americana que teve seu livro “O olho mais azul” (2019) numa lista de livros proibidos, expressa os riscos dos efeitos dessas interdições na própria produção:

O pensamento que me leva a observar com medo o apagar de outras vozes, de romances não escritos, poemas sussurrados ou engolidos por medo de que sejam ouvidos por pessoas erradas, linguagens proibidas florescendo nos subterrâneos, questões de ensaístas desafiando as autoridades nunca sendo formuladas, peças teatrais não encenadas e filmes cancelados – este pensamento é um pesadelo. É como se todo um universo estivesse sendo descrito em tinta invisível (Morrison, 2023 *apud* Ciabattari, 2023, s/p.).

Se várias obras têm ampla legitimidade literária, se programas do livro as incorporam, a partir de critérios de avaliadores que são estudiosos da literatura e de um trabalho de qualidade das editoras, onde os avanços esbarram? Aqui temos uma luta entre liberdade de expressão e movimentos culturais que se manifestam nas obras escritas. Talvez estejamos no que a matéria sobre a polêmica da retirada do livro de Djamilia Ribeiro nomeou como “guerras culturais”.

Há vários exemplos de censura moral, uma censura pelo conteúdo de livros destinados a crianças e adolescentes, os que precisariam ser “tutelados” pois seriam leitores considerados frágeis ou imaturos quando os mecanismos de controle são supostamente mais “abertos”. Para Melo (2021), uma psicanalista:

A sociedade que protege as crianças poupando-as de histórias ou recortando partes de histórias existentes para que elas não tenham acesso a temas concernentes ao humano e à existência da violência (que inclusive se faz presente e constante no discurso político atual) subtrai tais crianças, privando-as da totalidade da vida. A defesa da arte literária é, dessa forma, a defesa das crianças (Melo, 2021, s/p).

Um outro estudo que analisa um período que vai de 1850 a 2022, Petrovitch (2023) localizou 33 livros de literatura infantil censurados por motivos raciais, políticos, religiosos, morais, sexuais, ideológicos. Foram empreendidas ações de censura de instituições governamentais, religiosas, escolares, familiares, mídias, editoras. A autora discute o que chama atenção em obras censuradas em sua pesquisa e descreve essas obras:

como aquelas em cuja narrativa textual ou imagética são abordadas situações subjetivas e complexas, perpassadas por aspectos que evidenciam possíveis vulnerabilidades dos leitores. São livros que abordam, por exemplo, a morte; o abuso; a separação; a guerra; as perdas; as emoções adjetivo(SIC) como tristeza, inveja, ciúmes, saudades; as relações de poder; as transformações; as mudanças; os medos; as temáticas sobre sexualidade e gênero, entre outras situações muitas vezes consideradas tabus. Tais temáticas se definem como delicadas a partir de um determinado contexto sociocultural (Petrovitch, 2023, p. 28).

Caberia perguntar entre os termos considerados sensíveis ou delicados: sensíveis para quem? Para quem sofre os problemas relatados? Para quem lê os textos? Para quem não quer dar eles uma visibilidade? Para quem não sabe como abordá-los?

Ao abordar a censura a livros literários para crianças e, ao conceituar temas delicados, Petrovitch (2023) faz a seguinte pergunta: “[...] se a realidade das crianças não é protegida, por que então mascarar a literatura infantil se ela é fruto das relações e do cotidiano das pessoas?”

Corrêa e Pinheiro (2024), ao analisarem a obra “Menino ama menino” (2000) que, segundo eles, aborda o tema das diferentes identidades sexuais e, conseqüentemente, gera polêmicas sobre seu uso na escola, também analisam o desfecho da obra que termina como uma peça teatral representada pelo personagem. Os autores fazem um questionamento: “Se a arte imita a vida, sendo diferente dela, a vida pode imitar a arte”. Quem sabe? (Corrêa; Pinheiro, 2024, p. 6).

Escolhemos analisar com maior detalhamento a censura feita, em 2016, ao livro “Enquanto o Sono não vem” (2013), de José Mauro Brant, que aborda em um dos seus contos um tema também abordado no conto “Pele de Asno”, de Charles Perrault, considerado sensível: o incesto. Na obra, o autor esclarece que “A história da princesa assediada pelo próprio pai aparece em vários lugares do Brasil com nomes diferentes: ‘Silvaninha’, ‘Valdomira’, ‘Faustina’” (Brant, 2017 *apud* Albuquerque, 2017, s/p.). No conto, recolhido por história oral contada no município de Barbacena, um rei pede a filha em casamento, dizendo que vai colocar a mãe como criada. A filha recusa, vai parar numa masmorra e, castigada por seu pai, morre de sede.

No caso desse livro, o autor José Mario Brant relatou, em 2016, que contava esta história há 25 anos e que o livro tinha sido publicado há 15 anos e distribuído em programa público desde 2005, sem problemas na sua recepção. Para ele: “Há uma desinformação do que é o conto folclórico e dos contos de fada, que são territórios que abordam assuntos delicados. A gente está falando de um universo simbólico. É uma história que dá voz a uma vítima” (Brant, 2017 *apud* Albuquerque, 2017, s/p.).

Chama atenção, em primeiro lugar, a forma da coletânea: baseada em contos da tradição oral. Se esta obra já fazia parte de programas do livro, como ocorre este processo de censura, no ano de 2016, quando é feita uma nova distribuição das obras? Como evidenciado em outros estudos, parece haver uma mudança nos discursos e nas formas de recepção das obras, a depender de contextos específicos. Retomo os estudos de Darnton (2016) que mostram que obras de circulação livre em um determinado contexto passam a ser consideradas sedição num mesmo país, quando mudam determinadas condições ideológicas e políticas.

Uma possível interpretação sobre a recepção da obra “Enquanto o sono não vem” (2013), dada por Melo (2021) é de que o fenômeno deve ser entendido em sua complexidade, pois o fato ocorreu num período social e político em que ideias conservadoras começam a se radicalizar no país. Assim, tanto o estabelecimento de “regimes de verdade” como a legitimação de determinadas formas culturais não ocorrem de maneira linear, pois podem avançar em termos ideológicos ou visão de mundo ou retrocederem em outros contextos e posicionamentos.

Outra questão que torna essa discussão mais complexa, que o exemplo da obra “Enquanto o sono não vem” (2013) ressalta, é a dependência/independência que o escrito tem do oral, uma vez que se trata de uma coletânea que o autor compilou através de uma recolha de contos orais. Essa questão mostra, primeiramente, que um conto oral atravessa gerações e que quando ele se inscreve na cultura do impresso, seu modo de circulação estaria sujeito a mais formas de controle. Tanto que o próprio autor é contador de histórias e ainda fez delas uma peça teatral que, com menos possibilidade de controle social, não incomodou seus espectadores.

Evoco aqui o filme “Fahrenheit 451” (1966), uma obra que tematiza o controle dos livros quando uma sociedade totalitária faz uma caça às bruxas, queimando livros na temperatura ideal de 451 graus Farenheith. Na trama, uma solução para que os livros não se percam é encontrada quando os leitores memorizam os livros e, alegoricamente, trazem dentro de si o que era, de certa forma, público e verificável em seu registro permanente em livros impressos.

Pela via do oral, um livro não pode ser visto, nem queimado e quem o decora pode oralizá-lo para outras gerações. Situação parecida é descrita por Darnton (2016) quando fala das representações teatrais feitas na Índia, durante a colonização britânica, que atualizavam os conteúdos das peças, incorporando ou improvisando fatos sociais que não estavam no *script*. Abreu (2003) também menciona o processo de oralização dos textos pela leitura em voz alta, no Brasil colônia, como um modo de fazer circular os textos, para além de uma interdição ou controle da Metrópole.

Em segundo lugar, a primeira censura do livro “Enquanto o sono não vem” (2013), entra em cena com a denúncia de uma professora. Temos, de um lado, a posição de um setor e um agente da educação que representa o viés moralista e mesmo seus espantos com algo que não consegue tratar e, por outro lado, uma política do livro que tinha em seus pressupostos a bibliodiversidade, a diversidade, a valorização da cultura oral.

A avaliação positiva da obra em política pública e sua rejeição mostram que um problema que permanece, o abuso infantil, cria conflitos entre duas posições da escola: uma que defende os direitos da criança que precisa ser preservada e outra que entende que ela não está preparada para ouvir em linguagem literária uma representação de abuso familiar feita a outros, a partir de uma ficção recolhida de repertório oral. Nesse caso, é necessário problematizar mais nuances envolvidas nesse conflito ou na escolha de não trabalhar a obra: há muitos professores que, realmente, não estariam preparados para tratar do tema com seus alunos.

O patrulhamento de temas a serem tratados com as crianças revela uma dificuldade de tratar de morte, guerra, perdas, abandonos, questões que estão na vida e na sociedade. Como já foi afirmado, essas questões de controle buscam ressonâncias não apenas em

preceitos legais de defesa das crianças, mas também numa espécie de tentativa de protegê-las, negando, com isso, a oportunidade de que conheçam, de forma simbólica, a natureza das relações sociais. Em nota técnica feita sobre o livro “Enquanto o sono não vem” (2013), assinada por Aparecida Paiva (2017), a comissão problematiza esse efeito catarse ou de transferência psicológica, quando são vivenciadas situações-limite na literatura:

todo ser humano possui raiva, medo, angústia, inveja e outros tantos sentimentos tidos como negativos ao lado dos positivos. Ao vê-los representados no texto, o leitor os vivencia vicariamente, ou seja, por empréstimo, e assim também se liberta deles. É porque o leitor vivencia esses sentimentos negativos nos livros, nos filmes, nas telenovelas que não precisa trazê-los para a vida real (Paiva, 2017, s/p.).

Há também uma ideia de que a recepção do texto, pelas crianças, se fixaria na característica maléfica de algum personagem e não na leitura literária feita pela fruição da linguagem ou reflexão sobre dramas que existem e nas formas simbólicas de resolvê-los. Para outras situações, constatamos até receios de que pequenos leitores cometam suicídio, ao ler o livro “O menino que espiava para dentro” (2008) de Ana Maria Machado, que foi objeto de muitas polêmicas porque um personagem pensa em se engasgar com um pedaço de maçã, para entrar no mundo da fantasia.

Em terceiro lugar, a profusão de matérias e comentários sobre a obra e sobre sua interdição mostram que, num contexto em que as mídias sociais repercutem todo tipo de ideologias e crenças, propaga-se um discurso de ódio contra os autores. Pela voz do autor José Mauro Brant, a interdição empreendida a seu livro chegou a comprometer sua trajetória e seu trabalho como ator. Nesse caso, nem a obra, nem o autor foram poupados. Um discurso de ódio também foi direcionado a Ana Maria Machado, por seu livro “O menino que espiava para dentro”.

Lembro aqui do julgamento de Flaubert, na França, sobre a personagem Madame Bovary, de livro homônimo, discutido por Paiva (1996). No caso, o autor foi absolvido, tendo sido apaziguado o julgamento sobre sua pessoa como autor em carne e osso, porque castigou o comportamento da personagem quando a matou ao final da história, mas o comportamento de Madame Bovary foi condenado moralmente no mesmo julgamento.

Um discurso de ódio também perpassou a apropriação de uma diretora de escola de Santa Cruz do Sul/RS, que publicou sua denúncia/posição de censura contra o livro “O avesso da Pele” (2020), de Jeferson Tenório, mesmo sendo este agraciado com o Prêmio Jabuti em 2021 e fazendo parte de acervo público da rede de ensino. A denúncia desencadeou o recolhimento do livro por secretarias de educação do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. No caso do livro “Enquanto o sono não vem” (2013), o próprio Ministério da Educação (MEC) ordenou seu recolhimento, argumentando que ele era inapropriado para a ida-

de. Na situação criada com o livro de Jeferson Tenório, os livros voltaram para as escolas públicas, após ação judicial.

4 Na era digital: entre o controle e a liberdade de expressão

Estamos vivendo um momento em que a censura vem diluída em ações de grupos e pessoas e é fortemente difundida nas mídias sociais. As ações parecem ser individuais, mas representem posições de grupos mais amplos. No entanto, seu modo de funcionamento pode estar sendo determinado por interesses econômicos e mercadológicos.

Quais censuras e interdições estão em andamento? Que fenômenos de censura surgem em novos contextos de ampla divulgação em que a internet parece uma terra de ninguém? Se há censuras as mais diversas, temos, ao mesmo tempo, a liberdade de escrever e de divulgar que está sob o manto da publicação e do acesso livre. Que quem controla os textos não é apenas o Estado, a Igreja, os partidos. Estamos todos abaixo do interesse mercadológico e qualquer texto que gere engajamento, *likes*, comentários e compartilhamentos é bom para os donos das *Bigdatas*.

Recentemente, num encontro internacional de emissoras de radiodifusão, realizado nos Estados Unidos, foi produzido um documento que reivindica o reconhecimento de agências que trabalham com notícias e sua autoria, uma vez que a divulgação de notícias feita por essas agências não gera benefícios para as empresas que as produzem, mas rendem dinheiro para as grandes plataformas onde apenas se replicam as notícias. Nessa tentativa de regulação pelas empresas que são reconhecidamente as que deveriam produzir notícias, vem sempre a questão: não se pretende regular conteúdos, mas reconhecer a capacidade e mesmo a moralidade dos que podem produzi-los e sua profissionalidade, ao mesmo tempo em que se pede responsabilização de quem produz, principalmente as *fake news*. É o dilema de regulação *versus* liberdade de expressão que encontramos em vários episódios históricos que envolvem as sociedades ditas civilizadas e suas leis.

Como o espaço de leitura e encontro com os textos se expandem na internet e nos ambientes digitais, tomamos como emblemática uma aproximação feita entre queima material e queima simbólica, encontrada na Wikipédia, quando a busca de palavra chave é “queima de livros”. Nesse caso, a mudança de bibliotecas físicas para virtuais e a não conservação dos exemplares impressos se configura como uma queima de livros.

Na era digital

Atualmente, grande quantidade de documentos está registrada em formato digital. Isso faz com que a deleção desses registros seja considerada uma nova forma de queima de livros (Wikipédia, s.d., s/p.).

São inúmeros os efeitos de uma cultura digital no mundo dos livros impressos e vários deles incidem sobre controles, regulações, apreciações. Embora possamos dizer que há regimes de legitimação e reconhecimento de uma certa qualidade das obras e estabelecimento de regimes de veracidade, no caso de textos de outras esferas, a publicação de um texto não precisa mais passar por processos de edição. Temos uma grande mudança na ordem dos livros, na sua produção técnica, na sua divulgação e venda, no seu armazenamento, na sua forma e apresentação.

Na contramão da censura, podemos perguntar: como são estabelecidos novos regimes de autoria, portanto de responsabilização sobre o que se escreve? Especialmente na literatura feita, originalmente, para o mundo digital onde se expandem linguagens e autores, pela autoria de sons, imagens fixas em movimento, efeitos especiais, entre outros recursos, como são estabelecidos regimes de autoria? Quais são as formas de controles sociais sobre o que se publica? Aparentemente, a sensação é de que não há formas de controle e que se pode publicar tudo. Mas, haverá novas formas de controle que nós ainda não sabemos?

Pesquisadores da história do livro e da leitura, como Chartier e Scolari (2021), vêm acompanhando essas mudanças radicais. No caso de Chartier (2002), se antes ele analisava continuidades entre a cultura impressa e a digital, ressalta que hoje há muitas rupturas. A ideia é de que estamos num regime livre de controles, pois textos não precisam de edição para circularem. A crítica literária continua operando, as editoras coexistem com iniciativas que passam ao largo de um trabalho convencional de editar, mas essas instâncias disputam lugar com muitas vozes, seja de *booktubers*, seja de comentaristas que produzem outros modos de lidar com as obras e propagam tudo no que se chama cultura do compartilhamento. Chegamos a uma solução para o problema dos controles? Os textos disponíveis para todos que têm acesso a esses ambientes apresentam qualidade? De onde vêm os textos que divulgam discursos de ódio? Um mundo onde todos podem falar e escrever sobre tudo e máquinas de inteligência artificial podem produzir textos, representa qual tipo de liberdade?

Recentemente, uma polêmica judicial no Congresso dos Estados Unidos, envolvendo os estados da Flórida e do Texas, mostra um paradoxo: os partidos conservadores não querem que as *bigtechs* façam nenhum controle dos discursos e nem limitem ou retirem nomes das redes sociais, como fizeram com o Donald Trump, eleito pela segunda vez, em 2024, como presidente dos Estados Unidos da América. Na discussão, é evocada a primeira emenda para esse processo. Por outro lado, as *bigtechs* exercem um monitoramento dos discursos de ódio, dos discursos que ferem direitos de minorias, das *fake news*, entre outros, porque a sociedade assim exige, eles fazem um controle para ter credibilidade e precisam provar que acompanham o avanço dos direitos. O controle e monitoramento feitos

por essas grandes empresas digitais para conseguirem engajamento (tempo de uso de um *site*, compartilhamentos e *likes*) visam lucros, mas sua permanência necessita de acordos e negociações com o avanço da sociedade nos direitos. No caso desse paradoxo, quem controla quem? De quais controles a sociedade precisa? O direito à livre expressão permite o vale tudo?

Mas, no caso da leitura, temos outros controles e vamos pensar num exemplo. Embora possamos escolher o que ler, quais livros comprar, a quais controles somos submetidos, uma vez que não é a ideologia de um livro que interessa a grandes conglomerados, mas os algoritmos, os engajamentos que geram perfis para futuras compras, todos sob o manto de grandes corporações como a *Amazon*, o *Google*, a *Microsoft*?

Há formas de controle de que nem suspeitamos, quando clicamos num tema ou livro a partir dos quais traçam nosso perfil de leitores o que, por sua vez, pode levar a ofertas que apenas reforçam o que já lemos e consumimos, produzindo o que alguns autores chamam de ecos? Hoje, quando compramos um *E-book*, mesmo aquele em que aparece um autor, mesmo sendo numa obra sequencial, na qual podemos identificar aspectos de sua totalidade, com inúmeras semelhanças com um formato impresso, é possível aos sistemas que configuram nossas ações num dispositivo, rastrear algumas de nossas formas de leitura, sabendo quantas pessoas marcaram determinada parte de um livro, onde foi que paramos, se voltamos a ler ou paramos e não voltamos mais.

Os encontros com livros e leitores estão dispersos e mudaram nossas sociabilidades. O fechamento de livrarias físicas altera os modos de sociabilidade pois, ao invés de encontrar numa estante algo que nos surpreenda, talvez estejamos sujeitos a outras formas de controle e indicações. Nosso acesso a livros e nossa leitura são resultado de condições sociais, mas nossos atos de leitura e nosso encontro com livros não são mais relacionados a escolhas íntimas e pessoais. Há um sistema que marca nossos encontros com os livros, nossos passos para buscá-los. Nossa relação e encontro com os livros não passam por mediações e mediadores que conhecemos e, portanto, ainda não sabemos como opor alguma resistência a essa relação. Nosso encontro com agentes como livreiros, bibliotecários, grupos de interesse são inexistentes ou cada vez mais difusos.

Quando acervos são digitalizados e não conseguimos garantir a existência de livros físicos como patrimônio, a era digital traz inúmeros desafios e a queima de livros como metáfora do seu desaparecimento físico é apenas um de seus aspectos.

Novos contextos, novos livros, novos textos sugerem liberdade do leitor ao mesmo tempo em que novos controles e interdições estão sendo inventados. Comentando sobre o universo dos livros, da leitura, da livraria e das bibliotecas e sua relação com o mundo digital, Chartier (2020, p.112-113) nos alerta que ele “[...]permite a invenção de novas formas de cidadania, mas também constitui um poderoso instrumento de manipulação, de controle

e de censura”. Se antes os sistemas de controle político, religioso e social sobre os livros e sobre a leitura eram por nós identificados, precisamos encontrar táticas e estratégias para encontrar mecanismos de resistência pela antecipação de possíveis interdições, regulações e controles.

5 Considerações finais: ações de resistência ao controle e à censura

Abordar censura também implica falar de resistências e táticas para burlá-la. Interessante o caso da camareira Marie-Madeleine Bonafon, relatado por Darnton (2016) que, por volta de 1745, escreveu um conto, disfarçado de conto de fadas, sobre a vida amorosa do rei, impresso em uma tipografia da viúva Ferran, em Rouen. Outro exemplo descrito pelo autor é o de um artista menestrel que, pela representação oral de textos e pela arte, atingiu muito mais ouvintes nas localidades por onde andou, na Índia, do que o regime imperialista britânico imaginava. Assim, além de leitores, temos em alguns casos, os ouvintes. Como controlar este fluxo?

No caso da censura católica a livros no Brasil, tratado por Paiva (1996) há um tensionamento, uma possibilidade de resistência dos leitores e do campo editorial, uma vez que, ao mesmo tempo em que há uma voz, a da igreja, que vem aconselhar os leitores, floresce um mercado editorial que traz novas configurações de temas e modos de tratamento literário que fogem a esse controle. A produção não combina com a proibição e vemos que, se é necessário proibir é também porque há possibilidade de que algo seja lido: há textos de variada natureza e há leitores com diversos perfis e interesses.

Se no Guia das consciências de Frei Sinzig havia verbetes sobre 21.553 de 6.657 (Paiva, 1996, p.22) é possível imaginar uma corrente contrária ao fluxo da censura do mercado editorial no período. Nesse sentido, há uma resistência criada por condições sociais, econômicas e culturais que configuram a produção dos escritos e sua apropriação, como os processos de ampliação da escolarização, a grande disseminação de escritos de variada natureza, a formação rápida de um público leitor, salientados por Paiva (1996), que conduzem a uma retomada de censura pela igreja, quando o Estado brasileiro se torna laico.

No caso do próprio censor, Frei Sinzig, Paiva (1997) indica que era um leitor voraz de qualquer gênero e é interessante imaginar como os livros (bons e maus) caíram em suas mãos, como ele os leu. A autora também chama atenção para o modo como os romances proscritos são tratados no Guia por ele criado, com tanta adjetivação e detalhes que poderiam constituir desejos de ler. Um outro lado da censura, então, pode ser motivar a procura dos livros e outros impressos proscritos.

O escritor norte americano George M. Johnson (2023), autor de “Nem todos os meninos são Azuis”, que apresenta um ponto de vista de um menino *queer* negro, nos informa

sobre um movimento de resistência contra o controle e o recolhimento de livros de literatura que tem levado o país e os jovens a lutar pelo direito de ler os livros e há grupos ganhando judicialmente em vários condados.

O que me dá esperança é que a maior parte do país é contra a proibição de livros ‘declarou ela à BBC. “o fato de que as proibições estão levando estudantes a lutar pelo seu direito de ter os livros e que estamos ganhando em muitos condados e mantendo os livros nas prateleiras.” Estamos motivados, organizados e prontos para continuar com esta luta pelo tempo que for necessário”, prossegue Johnson. “E a proibição dos livros não impediu as editoras de fazer com que mais histórias sejam escritas. Algum dia, haverá tantas histórias que você não irá conseguir proibir todas (Ciabattari, 2023, s/p).

No Brasil, a partir do que aconteceu com “O Avesso da Pele” (2020) de Jeferson Tenório, em 2024, houve movimentos fortes de escritores da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e ação judicial da editora Companhia das Letras, na defesa da obra. Assim, o processo venceu judicialmente, fazendo o livro voltar às escolas dos estados onde tinha sido recolhido e, tanto o livro como o autor, ganharam grande visibilidade nas redes sociais e na imprensa, angariando novos leitores que não conheciam a obra. O livro “Cartas para minha avó”, de Djamilia Ribeiro, voltou para o acervo virtual destinado às escolas, pois a reação de diversos setores foi rápida e contundente.

Analisando a complexidade da censura e das formas como ela opera, podemos identificar que há resistências de toda ordem. Contra temas proibidos, temos liberdade de expressão e a liberdade do leitor. Contra moralismos que levam à queima simbólica de livros, temos possibilidade de judicialização. Quando um Ministério Público (MP) do município de Canoinhas precisa apurar o comportamento de uma autoridade pública que descarta livros de uma escola, temos outra reação.

Se há controle de autores consagrados, como no estudo sobre o caso francês feito por Darnton (2016) no tempo dos Bourbons, temos uma produção descontrolada de sujeitos desconhecidos. Se os livros são recolhidos, aparece uma rede clandestina que os comercializa. Se o Estado proíbe, no passado à atualidade, há divergências entre interesses ideológicos, políticos e comerciais e a história mostra que gráficas imprimiam os livros e o comércio ilegal os vendia; dessa forma, livros de autores proscritos foram publicados em outros países. O acesso pelo empréstimo e as trocas eram e são feitos entre pessoas e isso passa ao largo do controle. Se alguma instituição conservadora tem seus interesses em controlar ou prescrever, temos membros de academias do livro, organizações de escritores e editores fazendo frente a esses movimentos. Dessa forma, o interesse dos censores ou

dos regimes entra em confronto com os próprios leitores, com a diversidade de formas de divulgar os textos, com o mundo dos editores e com os diversos sistemas de verdade.

JOHNSONH, G. M. **Nem todos os meninos são azuis**. São Paulo: Editora Moinhos. 2022

MACHADO, A. M. **O menino que espiava para dentro** São Paulo: Global Editora, 2008.

MELO, F. M. Censura e silenciamento em casa e na escola: as polêmicas envolvendo obras literárias para crianças. **Revista Voz da Literatura**. 09 dez. 2021. Disponível em: <https://www.vozdaliteratura.com/post/censura-e-silenciamento-em-casa-e-na-escola-as-pol%C3%AAmicas-envolvendo-obras-liter%C3%A1rias-para-crian%C3%A7as>. Acesso em: 31 maio 2024.

MORRISON, T. **O olho mais azul**. São Paulo. 2ª ed. Companhia das letras. 2019.

PAIVA, A. **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA (CEALE). **Nota técnica**. Belo Horizonte, 01 de jun. de 2017. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

PETROVITCH, C. S. **Atos de controle, censura e regulação na literatura infantil e a prática docente**: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo Horizonte. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

TENÓRIO, J. **O Averso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VIVAS, F. **Moraes suspende leis que proibem uso e ensino de linguagem neutra em cidades de MG e GO**. G1. Política, 20 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/20/moraes-suspende-leis-que-proibem-uso-e-ensino-de-linguagem-neutra-em-cidades-de-mg-e-go.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2024.

WIKIPÉDIA. **Queima de livros no Chile**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queima_de_livros_no_Chile. Acesso em: 31 maio 2024.

WIKIPÉDIA. **Queima de livros**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queima_de_livros. Acesso em: 31 maio 2024.

Recebido em junho/2024 | Aprovado em dezembro/2024

MINIBIOGRAFIA

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação/UFMG, com Pós-doutorado pela USP e Institut National de Recherche Pédagogique/França e UDESC. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG. Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e escrita e membro do grupo Cultura Escrita do GEPHE/FaE/UFMG. Desenvolve pesquisas sobre alfabetização e cultura escrita (história e atualidade) e sobre alfabetização, letramento e cultura escrita digital.

E-mail: icrisfrade@gmail.com